Agora, a negociação vai aos 700 bancos

NOVA YORK — O que resultou — de quase duas semanas de consultas com banqueiros e três dias de reuniões da comissão brasileira com o comitê de assessoramento da dívida, liderado pelo irreverente Bill Rhodes, do Citibank — foi um entendimento em princípio, no sábado. Imediatamente, esse entendimento em princípio, passou a ser submetido via telex, a cerca de 700 ansiosos bancos credores do País em todo o mundo.

Enquanto sua aprovação não vem e até se prepare a **term sheet** do acordo, ficam prorrogados por mais dois meses, até 15 de março, os contratos expirados no dia 17 de janeiro último, que garantiam o reescalonamento das amortizações passadas e as linhas de curto prazo para o País. Os principais ingredientes do entendimento em princípio, que será obviamente objeto de novos contratos, são conhecidos:

1º) Reescalonamento por sete anos (com cinco de carência) das amortizações do principal da dívida de médio e longo prazo de 1985, correspondentes a US$ 8 bilhões.

2º) Depósito no Banco Central dos pagamentos em cruzeiro, feitos pelos clientes finais no Brasil das amortizações da dívida (principal) a vencer este ano (1986), correspondente a US$ 12,8 bilhões. Segundo Seixas, os bancos estrangeiros não poderão reemprestar esse dinheiro a seus clientes no país. Os recursos ficarão bloqueados.

3º) Manutenção até março do ano que vem (1987) das linhas de curto prazo — créditos comerciais e depósitos interbancários — no valor aproximado de US$ 15 bilhões. São essas as linhas que sustentam o comércio do País e as atividades das agências de bancos brasileiros no Exterior.

A prorrogação dos velhos contratos por mais dois meses foi o único resultado concreto da última rodada de negociações com os credores. O resto é preliminar e depende do referendo de centenas de bancos.

OTIMISMO

O diretor da área externa do Banco do Brasil, Antonio de Pádua Seixas, disse domingo a este jornal, pouco antes de embarcar para o Brasil, estar otimista quanto à aprovação final do pacote. Admite, contudo, que os contratos só estejam totalmente prontos e assinados em meados de junho. Mas isso não importaria, desde que até 15 de março próximo — prazo da nova prorrogação dos velhos contratos — estivesse pronta a **term sheet** do comitê assessor dos bancos. A **term sheet** começa agora a ser minuciosamente negociada. Até lá, disse Seixas, o pacote deve estar desenhado e é o que prevalece.

Evidentemente, se a **term sheet** — que fixa as condições — não estiver pronta até 15 de março, os velhos contratos terão de ser prorrogados outra vez. "Mas isso não deve acontecer", observou o diretor do Banco Central.

Seixas estará de volta a Nova York na semana do dia 27, com instruções do governo para detalhar o contrato. Essas instruções são extremamente importantes porque nem todos os problemas são simplesmente jurídicos ainda. O comitê dos 14, por exemplo, recomendou aos credores reduzir os **spreads** (taxas de risco) cobrados sobre a dívida a médio e longo prazo. Mas deixou em aberto o nível de redução, a ser determinado pelo toma cá, dá lá das partes.

Evidentemente, há aspectos positivos no entendimento preliminar com o comitê. Mas há também finais preocupantes que devem servir de alerta ao governo. O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, não pôde sequer propor ao comitê um reescalonamento plurianual das amortizações, que estava nos planos do governo. Só conseguiu reescalonar a longo prazo as de 1985.

Além disso, os débitos de 1986 estarão vencidos no final do ano e somam quase US$ 13 bilhões.

FUNARO

Mesmo assim, o acordo sairá a duras penas. Bracher revelou, no sábado à noite, que o ministro da Fazenda do Brasil fora obrigado a entrar no circuito durante as negociações finais para garantir a Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI, e ao **chairman** da Reserva Federal, Paul Volcker, que o País desejava de fato cooperar com o Fundo Monetário. "A intenção do governo é procurar os caminhos mais adequados de cooperação com o Fundo", disse Bracher, recusando explicar o que isso significava. Evidentemente, presume-se que não bastaria entregar ao FMI programas inconsistentes e insustentáveis que não possam ser "avaliados". Em altos meios financeiros, aventava-se a hipótese de o governo vir a aceitar um tipo modificado de **enhanced surveillance**, ou monitoramento.

Segundo diversas fontes, outra barreira a um entendimento mais rápido foi a questão dos bancos que se sentem prejudicados pela liquidação extrajudicial do Comind, Auxiliar e Maisonnave. Seixas disse que os membros do comitê não pleitearam nada em especial do governo nessa área. Contudo, Bracher, no sábado, disse que o comitê pediu que o governo desse uma solução satisfatória ao problema dos débitos decorrentes de operações 63 das instituições liquidadas.

(A.M.P.N.)